



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LUCIMEIRE BARRETO ROCHA

**QUESTÃO AGRÁRIA NO MATO GROSSO: HISTÓRICO DO AGRONEGÓCIO
E DO MST**

VERANÓPOLIS – RS

2017

LUCIMEIRE BARRETO ROCHA

**QUESTÃO AGRÁRIA NO MATO GROSSO: HISTÓRICO DO AGRONEGÓCIO
E DO MST**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Erechim.

ORIENTADOR: Dr. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra

COORIENTADORA: MSC. Lucinéia Miranda de Freitas

VERANÓPOLIS – RS

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Rocha, Lucimeire Barreto
QUESTÃO AGRÁRIA NO MATO GROSSO: HISTÓRICO DO
AGRONEGÓCIO E DO MST / Lucimeire Barreto Rocha. -- 2017.
46 f.:il.

Orientador: Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra.
Co-orientador: Lucinéia Miranda de Freitas.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
licenciatura em História , Erechim, RS , 2017.

1. Agronegócio . 2. Movimento Sem Terra-MST. 3.
Conflito. I. Senra, Ronaldo Eustáquio Feitoza, orient.
II. Freitas, Lucinéia Miranda de, co-orient. III.
Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

LUCIMEIRE BARRETO ROCHA

"O AGRONEGÓCIO E O MST NO ESTADO DO MATO GROSSO:
UMA ANÁLISE DOS ANOS DE 1990 À 2000"

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 24/11/2017

Banca examinadora:

Prof. Ronaldo E. F. Senra
Prof. Ronaldo E. F. Senra
IFMT-SYC - Centro Pol. Japonesa
PPGen/IFMT/NGPEA-UFMT

Prof. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra

Prof. Luiz Henrique Gomes de Moura
Prof. Luiz Henrique Gomes de Moura

Prof. Marco Antônio Baratto
Prof. Marco Antônio Baratto

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer primeiramente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela oportunidade que tive e estou tendo de fazer uma graduação, em especial ao MST-MT de onde me originei militante.

Ao meu orientador Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra por disponibilizar-se a esta tarefa.

Agradecer em especial a minha coorientadora, companheira e amiga Lucinéia Miranda de Freitas que me incentivou e ajudou na organização e finalização deste trabalho, inclusive chamando para a responsabilidade e compromisso.

Agradecer a minha amiga Sandra Maria que tirou de seu tempo livre, que não são muitos, para me ajudar na organização e finalização do trabalho.

Agradecer a compamheira Diana Daros que disponibilizou de seu tempo para ler e ajudar com observações nesta monografia. Ajudou a clarear as idéias.

Agradecer ao companheiro Miguel Enrique Stedile por me ajudar em vários momentos no decorrer deste percurso universitário. Uma pessoa que não se negava a ouvir e dialogar em momentos difíceis.

Gostaria de agradecer ao meu irmão Edilson Almeida da Silva, a pessoa mais incrível que tive o prazer de conhecer. Hoje estou aqui, participando deste curso por intermédio dele, que me apresentou o MST e ajudou em muitos momentos a minha permanencia no Movimento.

Gostaria de agradecer a minhas irmãs Alessandra Barreto da Rocha e Lucimar Almeida da Silva que contribuíram cada uma do seu jeito para minha permanência no curso. Em especial a Alessandra que muitas vezes me ajudou com estudos no decorrer do curso.

Um agradecimento mais que especial a minha mãe Luiza Barreto da Silva e a meu pai Sebastião Meira da Rocha. Por sempre me incentivar e acreditar em mim, por me dar a liberdade de viver minha vida, por me apoiarem sempre. Obrigado meus pais por terem me educado, por serem um exemplo de respeito e amor.

Aos companheiros(as) da Turma Eduardo Galeano que de certa forma contribuíram com minha formação humana e militante.

E a todos que direta ou inderetamente torceram e ajudaram na realização e conclusão de mais esta etapa da minha vida.

RESUMO

Esta pesquisa visa compreender a relação entre as concepções de Agronegócio e seus interesses no Mato Grosso, contextualizando a Revolução verde e a reestruturação conservadora do campo brasileiro e o avanço do agronegócio neste processo de acumulação capitalista. Aborda também o surgimento do Movimento Sem Terra-MST no Estado de Mato Grosso, trazendo elementos da luta pela terra, e os conflitos no campo. A estratégia de pesquisa utilizada foi através da pesquisa bibliográfica, fazendo uma análise dos aportes teóricos que discorriam sobre esta temática e coleta de dados através de pesquisa documental, em documentos e arquivos do MST e da CPT (Comissão Pastoral da Terra), os documentos pesquisados e estudados foram: recortes de jornais e também documentos internos como cartilhas, cadernos de formação e outros. O MST vem se consolidando como um Movimento que se opõe ao agronegócio e que continua na luta pela reforma agrária, que embora ainda tenha muitos conflitos e tensões que exigem muita resistência dos camponeses e militantes, vem sendo efetivo na luta dos trabalhadores.

Palavras-chave: Agronegócio, Movimento Sem Terra-MST, Conflito.

ABSTRACT

This research aims to understand the relationship between the concepts of Agribusiness and its interests in Mato Grosso, contextualizing the Green Revolution and the conservative restructuring of the Brazilian countryside and the advancement of agribusiness in this process of capitalist accumulation. It also addresses the emergence of the Landless Movement-MST in the State of Mato Grosso, bringing elements of the struggle for the Earth, and the conflicts in the field. The research strategy used was through bibliographical research, making an analysis of the theoretical contributions that dealt with this theme and data collection through documentary, in documents and archives of the MST and CPT (Pastoral Land Commission), the documents researched and studied were: newspaper clippings and also internal documents such as booklets, training books and others. The MST has been consolidating itself as a Movement that opposes agribusiness and that continues in the struggle for agrarian reform, which although it still has many conflicts and tensions that demand a lot of resistance from peasants and militants, has been effective in the struggle of the workers.

Keywords: Agribusiness, Landless Movement-MST, Conflict.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1: Ocupação de Terras em Mato Grosso na década de 1990.....	26
Quadro 2: Assentamentos do estado de Mato Grosso no anos de 2013.....	28

TABELAS

Tabela 1: Violência contra a pessoa no Estado de Mato Grosso.....	39
Tabela 2: Violência contra a propriedade no Estado de Mato Grosso	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: O AGRONEGÓCIO E SEUS INTERESSES NO MATO GROSSO....	12
1.1. REVOLUÇÃO VERDE: A REESTRUTURAÇÃO CONSERVADORA DO CAMPO BRASILEIRO	12
1.2. REVOLUÇÃO VERDE E O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO.....	15
CAPÍTULO II: O SURGIMENTO DA MST NO ESTADO DE MT: A PEDRA NO SAPATO DO CAPITAL.....	19
2.1. O MST E A LUTA PELA TERRA.....	20
2.2. O MST NO ESTADO DE MATO GROSSO.....	23
CAPÍTULO III: CONFLITOS ENTRE O MST E O AGRONEGÓCIO.....	35
3.1. PRINCIPAIS CONFLITOS ENTRE O MST E O AGRONEGÓCIO.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão expõe o surgimento do MST em contraponto ao avanço do agronegócio no campo. O agronegócio tratado durante o trabalho está caracterizado no campo, na produção de matérias primas em grande escala, ou seja, grandes produções no campo. Quando se fala em agronegócio está se referindo a grandes propriedades monocultoras que emprega tecnologia avançada e pouca mão de obra, sendo sua produção voltada principalmente para o mercado externo ou para as agroindústrias com a finalidade de lucrar.

O Brasil desde o seu “descobrimento” é marcado por disputa pela posse da terra, iniciada com a expropriação e extermínio dos povos indígenas. Historicamente no Brasil existe uma concentração desequilibrada da terra, que acaba por se tornar uma das principais razões para os conflitos agrários. O antigo latifúndio, responsável pelas extensas propriedades, se renovou e hoje gerencia um moderno sistema chamado agronegócio, que é a base econômica de Mato Grosso. A concentração da posse e do uso da terra, é utilizada para a produção voltada, em sua maioria, para o mercado externo.

Para dar continuidade a esta concentração e acumulação do capital, há um grande investimento no agronegócio, e uma produção em alta escala para exportação. É claro que não cabe neste projeto, o agricultor familiar camponês, a produção para autossustentação, a distribuição, a divisão do meio de trabalho, neste caso, a terra. A terra é o mais importante força produtiva para o agronegócio no Mato grosso.

O presente trabalho tem como objetivo principal fazer uma análise da relação entre o desenvolvimento do agronegócio no estado de Mato Grosso e a materialidade dos conflitos que possibilitou a construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para dar forma ao objetivo geral, há os objetivos específicos que ajudam na construção dos capítulos deste trabalho, o primeiro é compreender como o agronegócio está organizado e seus principais interesses no campo, o segundo é identificar os processos de conflitos entre o agronegócio e o MST no Estado de Mato Grosso e o terceiro objetivo é analisar quais as ações do MST realizadas no estado de Mato Grosso, e quais as respostas do agronegócio e do Estado.

Portanto, o interesse por desenvolver esta pesquisa surgiu pela necessidade de se compreender mais sobre o agronegócio e o MST no estado do Mato Grosso, pois nota-se que um dos grandes empecilhos para a realização e implementação da reforma agrária na visão do MST é o agronegócio, que teve um crescente desenvolvimento no Mato Grosso durante a década de 90.

O presente estudo aqui tratado apresenta-se a partir da pesquisa bibliográfica que teve por objetivo investigar na literatura especializada, estudos sobre o significado do agronegócio, sobre o aumento crescente do Agronegócio no MT e sobre o MST, este movimento que a mais de 30 anos vem lutando pela reforma agrária, mobilizando pessoas que estão à mercê do agronegócio e do capitalismo e contribuindo para a construção de uma nova sociedade.

Em relação à metodologia, inicialmente foram consultados livros, artigos, dissertações e teses sobre a temática, de forma a consultar dados e produzir uma reflexão acerca da discussão acadêmica sobre tal tema. Tratou-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica, que segundo GERHARDT e SILVEIRA é uma pesquisa que

[...] fundamenta-se em fontes bibliográficas; ou seja, os dados são obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009. p.69)

As pesquisas documentais partiram dos documentos e arquivos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra), os documentos pesquisados e estudados foram: recortes de jornais e também documentos internos como cartilhas, cadernos de formação e outros.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo têm como objetivo analisar o processo de aprofundamento político, econômico e tecnológico da revolução verde, e como o aprofundamento do mesmo vai constituir o moderno agronegócio. Buscará também entender como o estado de Mato Grosso se torna central para esse processo de acumulação capitalista. O capítulo divide-se em três subtítulos que ajudam a compreender o desenvolvimento do capital no campo. O primeiro subtítulo tem como objetivo apresentar a revolução verde, e seus impactos no campo brasileiro; O segundo é trabalhar a revolução verde e como ela constitui as bases para o desenvolvimento do agronegócio; O terceiro busca entender como as condições

materiais de Mato Grosso levou ao desenvolvimento do agronegócio, porque o Estado é visado para o desenvolvimento da produção em alta escala.

O segundo capítulo tem o objetivo de apresentar o MST, sua organização e consolidação bem como sua constituição no estado de Mato Grosso. Também está dividido em três subtítulos, sendo eles: O MST e a luta pela terra; O MST no Estado de Mato Grosso; O MST e o agronegócio, projetos antagônicos para o campo.

O último capítulo deste trabalho busca apresentar os conflitos surgidos a partir da luta pela terra e pela reforma agrária, sendo o título: conflitos entre o MST e o Agronegócio, neste buscar-se-á apresentar qual principal inimigo do Movimento neste contexto histórico, que aqui neste trabalho é a década de 1990 e também tende a apresentar os principais conflitos que marcam a luta do Sem Terra neste momento histórico.

O trabalho aqui proposto tem a tarefa de analisar o surgimento do MST em contraponto ao avanço do agronegócio no campo, e também apresentar como o MST se consolida em meio a este sistema.

O agronegócio tratado durante o trabalho está caracterizado no campo, na produção de matérias primas em grande escala, ou seja, grandes produções no campo. Quando se fala em agronegócio está se referindo a grandes propriedades monocultoras que empregam tecnologia avançada e pouca mão de obra, sendo sua produção voltada principalmente para o mercado externo ou para as agroindústrias com a finalidade de lucrar.

CAPÍTULO I: O AGRONEGÓCIO E SEUS INTERESSES NO MATO GROSSO

O agronegócio é a forma hegemônica de reprodução do capital no campo brasileiro, que se estrutura na concentração fundiária, em um campo sem trabalhadores, produtor de bens de consumo primário para a exportação, se caracteriza por uma economia dependente, violadora social e ambiental, que não têm no desenvolvimento da economia nacional o seu projeto político, mas sim na sua máxima extração de lucro individual. Para compreender essa forma de produção no campo, será necessário fazer uma pequena inflexão que explique o desenvolvimento do agronegócio no estado do Mato Grosso, assim como os projetos em disputa, no horizonte da luta de classe.

O estado em questão têm uma forte e dinâmica presença desse setor, assim como têm focos importantes de resistência no enfrentamento direto pleiteado por movimentos políticos de camponeses, o que leva a geração de diversos conflitos. Esse capítulo conforme já referenciado anteriormente, se debruçará a cerca dessas questões, principalmente no que se refere a consolidação e desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso.

1.1. REVOLUÇÃO VERDE: A REESTRUTURAÇÃO CONSERVADORA DO CAMPO BRASILEIRO

A década de 1960 é um período de intensas lutas e tensões sociais, principalmente de afloramento da disputa de projetos de classe e sociedade que se colocavam como antagônicos. Alguns grupos de esquerda dentre eles o PCB – Partido Comunista Brasileiro, amparados pelas ideias e militância da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe apostavam em uma saída capitalista, aliando-se com a burguesia industrial, desse modo possibilitando a ampliação do mercado interno e a industrialização do país, bem como a reforma agrária para os camponeses. Os camponeses no terreno da luta política vinham reivindicando a pauta da reforma agrária e organizando-se na disputa da renda fundiária contra o latifundiário para garantir a terra, disso a vários exemplos na história, o mais expressivo e presente em nossa memória é as ligas camponesas de Pernambuco, porém não o único exemplo.

Segundo Martins (1981) o que temos na década de 1960, que se consolida enquanto projeto, com o golpe militar em 1964, é um abandono por parte da burguesia do projeto nacional desenvolvimentista, assim como a esperada aliança com os

operários, que tanto pregou a esquerda. A burguesia abandona a pauta de industrialização e da reforma agrária, aqui não vale especular sobre se em algum momento ela teve tais pretensões, no entanto o fato é que esta alia-se ao capital internacional prioritariamente norte-americano, assim como com as elites rurais e passa a disputar a renda fundiária no campo.

Esse projeto que é vencedor em 1964, abandona a pauta da reforma agrária e instituí um modelo produtivo no campo que moderniza sem modificar a estrutura fundiária, e o faz através de grilagem de terra, expulsão e assassinato dos camponeses no campo. De forma a efetivar esse projeto, assim como elevar o lucro sobre a extração da renda fundiária prevê uma ampla modernização do campo, com incentivo a criação de indústrias, introdução de agroquímicos, máquinas e sementes modificadas.

A exclusão social e econômica dos camponeses, a desapropriação territorial, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho no campo, a acentuação dos conflitos e a luta pela terra ascendem com veemência frente a territorialização do capital e a tecnificação no campo brasileiro [...] Diante deste cenário far-se-á erigir diversas políticas públicas de atendimento aos camponeses e de desenvolvimento rural, como forma de incitar o desenvolvimento econômico, conquanto, tratar-se de medidas paliativas e obscuras que buscam atenuar os conflitos e misérias no campo e não dirimi-las. Haja visto, que a lógica do capital é assegurar a produção de mais-valia, sendo a reprodução da miséria um dos seus sustentáculos de acumulação. (SILVA, 2015)

Outro elemento importante, para a nossa análise refere-se ao movimento que se chamou de marcha para o Oeste, “uma terra sem gente para gente sem terra”, que supostamente possibilitava um processo de ocupação do território de uma terra supostamente desocupada. Os investimentos em modernização, incentivo a industrialização financiados pelo Estado, tiveram projetos pioneiros na região centro-sul do Brasil e na Amazônia. Isso explica em grande medida a presença hegemônica do modelo do agronegócio no campo mato-grossense.

Essa reestruturação produtiva no campo também se convencionou chamar de “revolução verde”, e é como genericamente conhecemos, com isso esconde um processo de expulsão violência e derrota do projeto camponês. Foi o discurso hegemônico da ditadura em relação ao modelo de reprodução do capital no campo consolidado nesse período. Colocava como principal propósito intensificar a oferta de alimentos, a partir da possibilidade de ampliação das áreas de plantio e da produtividade das espécies, frente a uma demanda da humanidade.

[...] o espectro da fome rondava o mundo do pós-guerra num contexto marcado por forte polarização ideológica, o que tornava as lutas de classes particularmente explosivas, a revolução verde propõe uma resposta técnica para as demandas alimentar mundial, despolitiza o debate e afasta a ameaça vermelha (PORTO-GONÇALVES, 2006 *apud* FREITAS, 2016. p. 27).

Para Silva, (2015) essa “modernidade do campo” valorizou, em primazia, o grande e médio latifundiário com incentivo a monocultura para a exportação em detrimento do pequeno produtor.

A chamada “Revolução Verde”, iniciada na década de 60, orientou a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção agrícola para a incorporação de pacotes tecnológicos de suposta aplicação universal que visavam a maximização dos rendimentos dos cultivos em distintas situações ecológicas (MATOS. 2010. p. 2).

[...] iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento de produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científica-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção. (PEREIRA, 2012. p. 685)

A revolução verde só foi possível de ser implementada pelo suporte efetuado pelo Estado, Freitas (2016) apresentou as principais medidas tomada para subsidiar investimentos ao capital, como;

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR 1965, que vinculava a obtenção do crédito à compra do pacote tecnológico; - o II Plano Nacional de desenvolvimento de 1975, conhecido como plano Nacional de Defensivos Agrícolas; - a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA em 1972 e; - a reforma universitária MEC/USAID de 1968. (FREITAS, 2016. p. 29)

Mesmo aumentando a produtividade efetiva, através das sementes melhoradas e a tecnificação, este projeto se mostrou inviável na perspectiva social e ambiental, podendo inclusive afirmar que o mesmo é incompatível com o desenvolvimento dos ciclos da vida no planeta.

Essas transformações resultaram em êxodo rural, dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações, dependência do agricultor da ciência e da indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo. A revolução verde contribuiu para marginalizar grande parte da população rural (PEREIRA, 2012. p. 686).

Segundo Freitas (2016),

[...] apesar de todo investimento estatal esse modelo entra em crise nas décadas de 1980 e de 1990. Porém, o mesmo se reestruturou novamente subsidiado pelo Estado o qual apesar da abertura democrática e a pressão das organizações camponesas, voltou a investir no latifúndio e não na reforma agrária. (FREITAS, 2016. p. 29/30)

Segundo Matos (2010), “é indubitável que o campo não deixou de ser agrário e os camponeses não sucumbiram, pelo contrário, está em cena lutando pelo acesso à terra e equidades sociais e econômicas, valorização de sua classe” (p. 4).

1.2. REVOLUÇÃO VERDE E O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO

A concentração da propriedade no Brasil e da produção agropecuária para a exportação, não é um processo recente, remonta a invasão do território pelos portugueses e a constituição das capitânicas hereditárias e posteriormente as sesmarias.

Pereira (2004) afirmou que a concentração é uma das características do Brasil, segundo ela, “o Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou” (p. 9).

[...] o capitalismo sempre se desenvolveu sobre a base da concentração da propriedade da terra. Portanto, as elites nunca precisaram dividir a propriedade da terra, como forma de estimular o mercado interno e buscar o aumento de acumulação capitalista. Por isso o latifúndio está vinculado ao capital (STEDILE, 2000, p. 28).

Na perspectiva legal dois momentos marcam esses processos da concentração da terra no Brasil, um é a Lei 601/1850 conhecida como Lei de Terras, onde define o mercado como a única forma de organizar a propriedade e exclui uma massa de despossuídos. A Lei de Terra 601/1850, tem como característica principal, implantar no Brasil a propriedade da terra.

Uma segunda característica estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terra. Poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra. [...] essa característica visava, sobretudo, impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponês, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem, não teriam, portanto, recursos para “comprar”, pagar pelas terras à coroa. E assim continuariam à mercê dos fazendeiros, como assalariados. (STEDILE, 2005. p. 23)

Segundo Stedile (2005) a Lei 601/1850, “foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a

base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (p. 23).

Outro momento importante foi à elaboração do Estatuto da Terra, que passa a conceituar o latifúndio, porém além de conceituar passa também a regulamentar o padrão de uso da terra e estabelece parâmetros para a Reforma Agrária no Brasil.

Os imóveis rurais foram classificados a partir do Estatuto da Terra em quatro categorias, sendo elas: Minifúndios; Latifúndio por exploração; Latifúndio por extensão; Empresas.

Minifúndios, “propriedades com área inferior a um módulo rural¹ e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família”. (MEDEIROS, 2012. p.447)

Latifúndio por exploração, “imóveis com área de 1 a 600 módulos, mantidos inexplorados em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio em que se encontravam, com fins especulativos, ou que fossem inadequadamente explorados”. (MEDEIROS, 2012. p.447)

Latifúndio por extensão, “aqueles com área superior a 600 módulos, independentemente do tipo e características da produção nela desenvolvida”. (MEDEIROS, 2012. p.447)

Empresas, “imóveis com área de 1 a 600 módulos, caracterizados por níveis de aproveitamento do solo e por uma racionalidade na exploração compatível com os padrões regionais” (MEDEIROS, 2012. p.447)

Stedile (2000, p.7) escreve que

[...] no caso brasileiro, a expressão latifúndio, ultrapassou o conceito originário do latim e passou a ser por força de lei, sinônimo de todas as propriedades mal aproveitadas, ou seja, improdutivas. Desta forma, embora originalmente o conceito de latifúndio designasse apenas as grandes

¹ Módulo rural: unidade de medida, em hectares, que buscava exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e as condições do seu aproveitamento econômico.

propriedades de terra, agora, incluíam-se também todas as propriedades rurais improdutivas. (STEDILE, 2000. p.7)

Apesar do Estatuto da Terra que foi elaborado ainda nos primeiros anos da ditadura civil-militar, o que aconteceu efetivamente na década de 1960 e 1970 foi um investimento massivo na revolução verde, que inclusive se convencionou chamar de modernização conservadora; mesmo que ambas palavras pareçam ser antagônicas representam um processo onde se modernizou tecnicamente e manteve-se as estruturas arcaicas do latifúndio.

Nesse período nota-se grandes levas de migração do campo para a cidade, migração decorrente tanto do convencimento quanto da violência.

Na década de 1980 esse modelo de agricultura entra novamente em crise, principalmente em decorrência da crise do petróleo da década antecedente. Já nos anos de 1990 vivenciamos uma reestruturação da agropecuária, agora ampliando a tecnificação, aprofundando a dependência de insumos externos, e o nível organizacional com a participação do capital financeiro nacional e internacional.

Outra característica desse processo é a rearticulação política do setor com a constituição da Frente Parlamentar Agropecuária – também conhecida como bancada ruralista, que tem garantido as pautas legais do setor nos três poderes. A UDR representa o espaço de participação política que os donos de terra, grandes latifundiários jamais perderam na condução da economia brasileira, vimos nesses últimos anos um conjunto de leis e normativas que possibilitavam a introdução de sementes transgênicas², liberação de agrotóxicos altamente danosos, assim como renegociação de dívidas, privilégios á grandes corporações capitalistas internacionais, dentre outras ações que legitimam a ordem hegemônica de reprodução do capital no campo.

[...] assim descreve a bancada ruralista: “*Esta é formada por parlamentares oriundos de partidos distintos, que se propõem a defender um assunto ou tema específico, que culminam na defesa da propriedade da terra o da expansão capitalista na agricultura.*” (INTINI e FERNANDES, 2013, p. 88, destaque dos autores)

² Sementes Geneticamente modificadas.

Essa reestruturação marca também um recrudescimento dos conflitos no campo, e a abertura democrática conquistada nos anos de 1980, com eleição direta em 1989, leva ao fortalecimento da luta das organizações camponesas que fazem esse enfrentamento direto.

CAPÍTULO II: O SURGIMENTO DA MST NO ESTADO DE MT: A PEDRA NO SAPATO DO CAPITAL

O Estado do Mato Grosso fica localizado na região Centro-Oeste do Brasil e está integrado à Amazônia Legal, o Estado faz divisa com Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Amazonas, Rondônia, Tocantins e também com a República da Bolívia, é formado por três biomas: Amazônia, Cerrado e o Pantanal.

Mato Grosso possui 903 mil km² de área, com 478 mil km² cobertos pelo Bioma Amazônia, 367 mil km² cobertos pelo Bioma Cerrado e 58 mil km² pelo Bioma Pantanal. (...) em 74 municípios, o bioma amazônico é predominante; em 62 municípios, o Bioma Cerrado é o mais representativo; e, em apenas cinco, o bioma pantaneiro predomina. (FARIA, 2013, p. 396)

Para FARIA, (2013): “Os biomas são suportes que conformam os métodos e técnicas de apropriação de seus recursos, que podem constranger ou estimular a expansão socioeconômica diante da capacidade técnica e institucional disponível.” E essa diversidade ecológica no estado de Mato Grosso estimulou a implantação das diversas cadeias produtivas no estado.

A ideia desses processos não era efetivamente integrar os povos que aqui já viviam, mas sim de mitigar conflitos de outras regiões e ainda integrar o território a uma economia nacional. Picoli (2005), afirmou que “na década de 1970, aproximadamente 90% dos projetos com empresas privadas de colonização foram realizados no estado de Mato Grosso, e o estado recebeu 57% dos migrantes”(p. 71).

Para a concretização deste projeto de colonização, promovido pelo governo central, através dos diversos órgãos que atuavam na pasta de colonização e política indigenista, homens e mulheres migraram para Mato Grosso, em sua maioria pessoas marginalizadas por outros processos históricos. “A Amazônia representava a busca do 'mel' ”, e migrar era transformar-se em beija-flor e voar para a terra prometida” (PICOLI, 2005. p.71).

O estado de Mato Grosso foi um dos focos de reestruturação produtiva no campo na década de 1990, e é conhecido na atualidade como celeiro do Brasil por ser um dos estados que mais produz grão.

Esses dados da produção encobrem diversos problemas gerados por essa reestruturação, principalmente os conflitos oriundos das lutas pela posse dos recursos naturais, seja a terra e o território, seja a água ou os recursos florestais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST/MT se estrutura neste estado no mesmo período em que se estrutura o agronegócio, fruto do aumento da resistência dos trabalhadores no campo e na cidade.

2.1. O MST E A LUTA PELA TERRA

O Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra tem um caráter social, “de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil” (MST, 2016. p. 9).

“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é aberto a todos os trabalhadores, sem distinção de raça, credo religioso, filiação partidária ou outras características culturais e regionais, desde que respeitem os princípios e normas do Movimento. Participam no movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos, jovens e crianças (MST, 2016. P. 10)

Um movimento que integra homens, mulheres, crianças. É um movimento que tem suas raízes calcadas na luta pela terra, continuador e herdeiro das lutas populares.

O Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, nasceu como muitas ocupações de terras, ao final de uma longa noite escura. A alvorada das greves operárias, da campanha pela Anistia geral e irrestrita, os novos movimentos sociais urbanos, as Diretas Já, as Comunidades Eclesiais de base – CEBs, que organizaram os camponeses e trabalhadores sem terras no início da década de 70, e a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que foi construída em 1975(...) (MST, 2015. p. 5)

O MST surge a partir de um processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. Neste contexto, os fatores econômicos e políticos do período ajudam na compreensão da gênese do desse movimento.

Com a modernização conservadora no campo e elevação da concentração fundiária, houve um enorme deslocamento das populações do campo para o meio urbano, causando assim um fenômeno chamado êxodo rural. Os sujeitos afetados por este processo são os posseiros, trabalhadores atingidos pelas barragens, migrantes,

meeiros³, camponeses. O MST surge a partir da necessidade de organização desta massa deslocada, sem perspectiva. O MST é fruto de lutas como a ocupação das Glebas Macali e Brilhante em Ronda Alta (RS), em setembro de 1979, ainda em plena ditadura militar. E a formação do acampamento de Encruzilhada Natalina no ano de 1981 no Rio Grande do Sul, nos anos finais da Ditadura.

Desde 1981, começam as primeiras articulações entre estas lutas e acampamentos. Foi com a troca de experiência, que a articulação nacional desses movimentos começou a ser construída resultando na organização de um movimento social com autonomia, unidade, objetivos comuns e de caráter nacional. Esse processo teve como resultado a fundação do MST em 1984. (MST, 2015, p. 32)

O Movimento dos Trabalhadores dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. (CALDART, 2001. p. 207)

Segundo Gohn (2000, p. 116), *apud* Picoli (2006, p. 86)

(...) a luta do MST – movimento “Sem-Terra” reflete a situação em que vive a maioria da população brasileira. Dados desse movimento indicam que “1% da população é dona de 46% das terras brasileiras e apenas 60 milhões de hectares se destinam à lavoura, dos 360 milhões aptos para a agricultura no país.

Foi no congresso de 1985, com os lemas “Terra para quem nela trabalha” e “ocupação é a única solução” que o MST se forja; no mesmo ano o Movimento realiza mobilizações para ocupar terras improdutivas. Segundo PICOLI, 2006; “Os despossuídos do Brasil formam o grupo de excluídos, não tendo trabalho, nem perspectiva de vida.”

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no decorrer de sua construção e na vivência com a luta, traz consigo alguns objetivos que contribuem em sua organização, sendo:

[...] construir uma sociedade sem exploradores e explorados, onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital; garantir que a terra, um bem de todos, esteja a serviço de toda a sociedade; garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; buscar permanentemente a

³ Pessoas que trabalhavam dividindo o lucro do trabalho, seja ele agrícola ou pecuária.

justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticas, sociais e culturais; difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais e pessoais; combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovem, idoso e crianças; buscar a articulação com as lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo (MST, 2016).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está organizado hoje em 24 estados nas cinco regiões do país, nestes 33 anos de existência o MST, através de lutas, conseguiu assentar 350 mil famílias.

A terra no Brasil, esteve historicamente concentrada nas mãos de uma parcela bastante pequena da população. A partir da colonização portuguesa, as terras brasileiras foram apropriadas pela coroa. A partir de então o controle sobre a terra se dava por meio de concessão, segundo Alentejano (2012) o regime de propriedade privada sobre a terra é bastante novo.

Desde os tempos da colonização portuguesa, terra é sinônimo de poder e riqueza no Brasil e de disputas acirradas pelo seu controle. Existem ainda hoje no Brasil diversas formas de uso e controle da terra, mas a forma dominante é, sem dúvida, a propriedade privada.(ALENTEJANO, 2012. p. 740)

O que temos durante o período colonial é o que foi chamado de regime de sesmarias, tratava-se de terras concedidas pela coroa para, homens livres e membros da aristocracia, que não tivessem relações de parentesco com o indígena e o negro escravizado. Ele tinha a responsabilidade de tornar a terra produtiva e controlar militar e politicamente a terra. Segundo Alentejano (2012),

a concessão de sesmarias, embora fosse a única forma legal de acesso à terra na colônia, não foi a única forma efetiva de ocupação do território colonial pelos portugueses. Soma-se a ela a posse, praticada por “homens livres e pobres da ordem escravocrata” [...] mas também pelos próprios detentores das sesmarias, que, muitas vezes, ampliavam as áreas sob seu controle ao arrepio da lei. (p. 740)

Dessa forma, os sesmeiros aumentavam seus territórios por meio da posse, adentrando para dentro de outras terras, tomando controle delas e expulsando o posseiro camponês pobre.

De acordo com Alentejano (2012) “foi com a Lei de Terra de 1850 que a propriedade privada da terra é instituída no Brasil – e, com ela, o mercado de terras, uma vez que a terra passa a ser acessível apenas por meio da compra” (p. 740).

2.2. O MST NO ESTADO DE MATO GROSSO

No final 1993 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante o 7º Encontro Nacional, realizado em Salvador, decidiu por expandir-se. Foi no segundo semestre de 1994, que alguns militantes dos Estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul dirigiram-se para o estado de Mato Grosso com o propósito de contribuir na construção do Movimento.

[...] “em 1987, o MST já tinha feito algumas tentativas para se organizar em Mato Grosso, mas não conseguiu por causa da escassez de militantes. Nesse tempo, o Movimento se organizava em outros estados e regiões, o que demandava intenso trabalho aos sem-terra”. (FERNANDES, 1999, p. 202)

O MST se constitui no Estado de Mato Grosso fundamentalmente por algumas razões, sendo eles: a concentração da propriedade privada; Mato Grosso se configurava como sendo o segundo estado em concentração fundiária, perdendo somente para Mato Grosso do Sul; o contexto político, a derrota política eleitoral da oligarquia da família Campos nas eleições de 1994 para uma frente popular e de esquerda, tendo Dante como governador, criou um ambiente de diálogo e de respeito para com os movimentos sociais; o apoio e solidariedade de setores organizados da classe trabalhadora e de militantes voluntários que foram decisivos para a criação do MST; e, a necessidade de expansão para território nacional.

Os primeiros trabalhos foram as visitas e as reuniões com professores da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (campus Rondonópolis), com membros do Partido dos Trabalhadores, com agentes de pastorais da Igreja Católica, padres e freiras da Comissão Pastoral da Terra e membros de diferentes sindicatos de trabalhadores filiados à Central Única dos Trabalhadores, para a formalização da articulação de apoio à formação do MST. (FERNANDES, 1999, p. 203)

Com essas articulações, em agosto de 1995 com a ocupação da Fazenda Aliança no Município de Pedra Preta finca-se o marco inicial do MST em Mato Grosso, para ser exato, no dia 14 de agosto de 1995, na região Sul do estado. O nome dado ao primeiro acampamento da região foi Zumbi dos Palmares⁴.

⁴Zumbi foi o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o maior dos quilombos do período colonial. Zumbi nasceu na então capitania de Pernambuco, na Serra da Barriga, região hoje pertencente ao

Segundo o Diário de Cuiabá (05/09/1995), a Fazenda Aliança tinha de 6.684 hectares, o dono da fazenda fez o pedido de reintegração de posse, a Juíza Sonja Borges acatou, dando um prazo até início de setembro para que o MST desocupasse a terra. (Arquivo CPT, 1995, livro 5, p. 81)

Enock Cavalcanti, redator do Diário de Cuiabá (24/08/1995) diz, “o fato é que os Sem Terra resolveram tomar de assalto o noticiário político, econômico, policial e cultural de Mato Grosso e vai ser difícil, daqui para frente, competir com essa turma: eles são dedicados, eles são porretas, sabem se manter fiéis ao seu ritmo, doa a quem doer”. Enock Cavalcanti tem um jeito bastante peculiar de escrever sobre o MST em sua matéria, ele relata que, “quem está pintando aí são os Sem Terra, com suas foices erguidas para o ar, suas roupas desleixadas, suas bandeiras vermelho sangue, suas cabeleiras desgrenhadas ao vento”. (Arquivo CPT, 1995, livro 2, p. 92).

Levantamentos feitos nos documentos datados de 1990 a 1999, organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Mato Grosso, possibilitam afirmar que a disputa pela terra sempre foi bastante ativa no estado e que o MST nasce em meio ao recrudescimento desta luta, inicialmente pela permanência no campo, posteriormente pelo retorno.

Durante o processo de organicidade do MST em Mato Grosso os militantes responsáveis pela tarefa de organização, faziam visitas aos acampamentos dos sem-terra (que tinham sua organização própria, sem vínculo com o MST), numa das visitas,

[...] foi observado que cada acampamento tinha um único líder com o controle político das famílias, defendendo interesses pessoais e favorecendo relações populistas e de dependência. Conheceram *experiências espontâneas e isoladas e outras organizadas e isoladas*. Os grupos de famílias eram conhecidos pelo nome do líder. Assim, existiam o movimento do Jerônimo, do Aparício etc. (FERNANDES, 1999. p. 204; destaque do original)

Quando o MST surge em Mato Grosso à luta pela terra era um ponto pautado por coletivos já denominados de sem-terra. Os sem-terra eram um contingente de pessoas organizados para reivindicar o direito a terra, segundo o Jornal A Gazeta (17/05/1994) os Sem Terra eram liderados por Jerônimo Gomes de Souza.

Em alguns relatos dos jornais como A gazeta e o Diário de Cuiabá, o líder dos Sem Terra Jerônimo Gomes de Souza, é dito como integrante do MST. Porém, o MST inicia sua organização em fins de 1994 se consolidando apenas em 1995.

Para Picoli (2006), “O MST é fruto dos movimentos sociais dos trabalhadores sem-terra e sem posse, e tornou-se a Organização mais representativa da última década na luta pela Reforma Agrária no Brasil” (PICOLI, 2006. p.86).

Fernandes (1999), descreveu que “as terras do estado de Mato Grosso foram apropriadas por meio da expropriação das nações indígenas. Durante o governo militar, especialmente desde o início dos anos 70 até meados da década de 1980, o estado foi o ‘paraíso’ da colonização particular.” (p. 202). Esta expropriação das terras dos povos originários, contribui com o conflito no campo.

O Diário de Cuiabá (09/11/1990) fez uma matéria retratando uma denúncia feita pela CPT, dizendo haver tensão causada pela posse da terra em Mato Grosso, a matéria diz que, “[...] o governo tem tratado a questão agrária com medidas paleativas, que não resolvem nada. (Arquivo CPT, 1990)”

Ainda em 1990, A gazeta no dia 15/11, retrata a expulsão de posseiros que reivindicam assentamento com o lema “Nós queremos terra e não guerra”; o objetivo destes posseiros é a posse da terra em que vivem.

Em 1992 no livro 1, o jornal Diário de Cuiabá apresenta a disputa de terra como a principal causa de violência em Mato Grosso. Segundo relatório da CPT do ano de 1992:

O ano de 1991 foi pródigo na violação dos direitos humanos em Mato Grosso nas mais variadas formas, desde o extermínio de crianças ao assassinato de trabalhadores rurais em conflitos pela posse da terra. Cerca de 160 mil pessoas de 40 mil famílias vivem em perigo constante, morando em áreas sob disputa de propriedade. Em 54 dos 116 municípios do Estado existem mais de 250 focos de tensão, com registro de crimes, tentativa de assassinatos, ameaças e trabalho escravo. (Arquivo CPT, 1992).

Picoli também escreve sobre a situação do campo na região amazônica, da qual Mato Grosso faz parte.

Os dados oficiais revelam apenas uma quantidade insignificante do que ocorreu nas fazendas da Amazônia brasileira, pois as mortes ficaram no

anonimato, devido à convivência do Estado com os agressores e do aparato para acobertar os crimes. Aos sobreviventes expulsos da terra restam-lhes formar os cinturões aglomerados de pobreza ou somarem-se ao exército industrial de reserva para servir ao capital como proletário. (PICOLI, 2006, p. 89)

Segundo Fernandes (1999, p. 222) “em Mato Grosso a luta pela terra tem aumentado muito através da organização de *movimentos sociais isolados*, devido a grande demanda de famílias sem-terra em um Estado que possui uma intensa concentração fundiária.”

A partir dos cadernos da CPT foi organizado um quadro retratando as ocupações ocorridas na década de 90. Segue o quadro:

Quadro 1: Ocupação de Terras em Mato Grosso na década de 1990

Ano	Municípios	Nome dos conflitos/ fazendas	Número de famílias
1990	Não tem dados	Não tem dados	Não tem dados
1991	Água Boa	Fazenda Santana	150 pessoas
1992	Juscimeira	Fazenda Três Irmãos/ Santa Maria	200
1993	Canabrava	Fazenda do Araguari	50
	Confresa	Fazenda Três Flexas	80
	Confresa	Rio Belo Horizonte	30
	Confresa/Porto Alegre do Norte	Fazenda Frenova e Piraguaçu	17
1994	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Itiratupã	-
	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Itiratupã	500
	Diamantino	Fazenda São João	500
1995	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Itaratupã	300
	Diamantino	Fazenda São João	438
	Pedra Preta	Fazenda Aliança	1100
	Vila Rica	Fazenda Rancho Alegre/Rio Preto	48
	Cana Brava do Norte	Tatuibi	50
1996	Chapada dos Guimarães	Fazenda Roncador	200
	Juscimeira	Fazenda São Jorge	100
	Alto da Boa Vista/São Félix do	Fazenda Bordon	-
	Araguaia	Fazenda Três Irmão/ Santa Maria	130
	Juscimeira	Fazenda Bacurizal	100
	Rondonópolis	Fazenda Santa Amélia	1500
	Cáceres	Fazenda Dois Irmãos	100
	Diamantino	Fazenda Lagoa do Cervo	100
	Diamantino	Fazenda Carimã	200
	Rondonópolis	Fazenda Sudamata	250
	Tangará da Serra	Fazenda Saúde	3
Itiquira	Gleba Colniza	800	

	Aripuanã Castanheira Acorizal Nossa Senhora do Livramento	Fazenda Seringal Gleba Baús/ Agropecuária Gargantamo Sesmaria Boa Vista/ Quilombo Mata Cavalo	100 25 80
1997	São José do Povo Cáceres São Jose do Povo Alto Paraguai Cáceres São Félix Araguaia Cáceres	Fazenda Bagagem/ Barrinha Fazenda Facão/ Fazenda Bom Jardim Fazenda Tarumã/ Jupiá/ Ponto Chic Projeto Capão Verde Fazenda São Saturnino Fazenda Rio preto/ Ramão Flores Fazenda Vale Verde	50 1500 1200 8 85 - 80
1998	Cuiabá Cuiabá Cáceres São Pedro da Cipa Novo Mundo Cáceres Tangará da Serra Tangará da Serra Sorriso Nossa Senhora do Livramento Pedra Preta Nova Olímpia Mirassol D'Oeste Mirassol D'Oeste Nova Mutum Apiáca Araputanga Cuiabá Terra Nova do Norte Cáceres Sinop/Tabaporã Chapada dos Guimarães	Fazenda Seis Marias Gleba Bigorna/Fazendas Mourão/Aguaçu Fazenda Vale Verde Usina Alcoomat Fazenda Cipó Acampamento Roseli Nunes Fazenda Colorado Assentamento Antônio Conselheiro Fazenda Santa Rosa Fazenda Sadia III Fazenda Santo Antônio do Jurique Assentamento Agloama e Pecuama Fazenda Prata Fazenda Urutal Gleba Puiva Gleba Novo Planeta Fazenda Floresta Fazenda Porteira Velha Gleba HIJ Pro. Assent. Brasil Sem Fome Gleba Mercedes Gleba Mamão/Usina de Manso	- 15 67 - - 800 60 300 511 156 700 720 - - 164 800 80 300 - 160 1400 48
1999	Jaciara Araputanga Nova Maringá Cuiabá Cuiabá Cuiabá Araputanga Jaciara Jaciara Nobres Cuiabá Cuiabá Juruena	Fazenda Formosa Fazenda Araguari Fazenda Entre Rios II Fazenda Sino de Belém Fazenda Sino de Belém Fazenda Sino de Belém Fazenda São Paulo Fazenda Triângulo Fazenda Fortaleza Fazenda Figueira Fazenda Meire Gleba Pai Joaquim Gleba Aripuanã-Juruena/ P.A. 13 de maio	73 700 210 82 150 200 700 30 - 40 83 70 230

Fonte: Cadernos da CPT Nacional da década de 90. Organizado por Lucimeire Barreto Rocha

A partir do quadro acima, nota-se que em 1995 houve um crescente aumento no número de ocupações feitas em Mato Grosso.

O processo de expansão do MST no estado de Mato Grosso se deu de forma rápida, em três anos o Movimento estava organizado em quatro regiões, sendo: Sul (Rondonópolis), Sudoeste (Cáceres), Médio Norte (Tangará da Serra) e Baixada Cuiabana (Cuiabá, Várzea Grande)⁵.

O MST se expande para a região Sudoeste de Mato Grosso em 1996, no município de Cáceres.

No dia 8 de abril, mil quinhentos e três famílias ocupam a fazenda Santa Amélia no município de Cáceres e criaram o acampamento Margarida Alves. A liminar de reintegração de posse saiu imediatamente, e mais uma vez, o MST reivindicou a presença do governo estadual e do Poder Judiciário para discutirem o destino das famílias. O vice-governador Márcio Lacerda estava no poder. Era um político populista, natural de Cáceres e prometera uma solução para as famílias. (FERNANDES, 1999. p.207)

A construção do MST/MT contou com diversos apoios internos e externos. Segundo Fernandes (1999), as famílias acampadas na fazenda Aliança, contaram com a presença de estudantes e professores da Universidade, de deputados do PT, de presidentes de sindicatos, agentes de pastorais, padres e freiras da CPT, do bispo de Rondonópolis e entidades de direitos humanos.

Em 1996, diante da inflexibilidade do governo estadual e federal, o MST se organiza depois de muitas reuniões e diálogo com organizações de apoio, para realizar uma marcha com dois braços, uma saindo Rondonópolis e outra de Cáceres, rumo a Cuiabá Capital.

Segundo relatos de Fernandes (1999), “no dia 17 de julho de 1996, as famílias acampadas iniciaram as marchas [...] foram 950 pessoas do acampamento Margarida Alves e 450 pessoas do Zumbi dos Palmares, que caminharam 250 quilômetros cada grupo”. (p. 208)

⁵ Mato Grosso está organizado em 22 microrregiões, decidindo-se em 141 municípios, sendo os mais populosos e importantes: a capital Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra e Cáceres.

A intensão do Movimento era reunir as duas marchas na entrada de Cuiabá, para realizar uma grande manifestação, para pressionar o Governo do estado e o INCRA para que cumprisse com os acordos, e as famílias fossem assentadas.

As caminhadas foram fatos novos no estado e chamou a atenção da sociedade. A população da cidade pôde acompanhar diariamente o drama e o sacrifício das famílias. A marcha que vinha de Rondonópolis sofreu um atentado. Uma caminhonete F-4000 atropelou e matou o trabalhador Geraldo Pereira Andrade. Por causa desse acontecimento, as duas caminhadas pararam e fecharam as rodovias até que fosse preso o motorista, o que aconteceu no mesmo dia. (Fernandes, 1999. p. 208)

O jornal Folha do Estado (30/07/1996) retrata a marcha organizada e realizada pelo MST-MT. Segundo a reportagem, a marcha poderia alcançar Cuiabá ainda no dia 30/07, “os Sem-Terra de Cáceres já estão em Várzea Grande, a 20 km do centro da capital, e os Rondonópolis, a 16 km.” (Arquivo CPT, 1996. livro 4, p 188) A imprensa acompanhou a marcha, afinal, este tipo de mobilização era novidade no estado de Mato Grosso até então.

Segundo o Jornal Folha do Estado “a marcha que entra no décimo terceiro dia é contra a falta de cumprimento do governo federal e estadual em assentar as famílias.” (Arquivo CPT, 1996. livro 4, p 188).

O jornal Diário de Cuiabá apresenta que “os acampados entram na capital e acampam em frente ao palácio à espera de assentamento”, segundo o relato “os sem – terra de Rondonópolis e Cáceres prometem só deixar o local quando tiverem para onde ir definitivamente”. (Arquivo CPT, 1996. Livro 4, p 197).

A marcha foi uma manifestação para mostrar para a sociedade o descaso do governo com relação à reforma agrária. Segundo Fernandes (1999) “o INCRA não viabilizava os assentamentos porque não tinha interesse em implantar assentamentos naquelas regiões”. (p. 208).

Contudo, “em pouco mais de trinta dias, todas as famílias estavam em pré – assentamentos. O primeiro assentamento implantado foi no município de Juscimeira e recebeu o nome de Geraldo Pereira Andrade.” (FERNANDES, 1999. p. 209).

Neste contexto de luta e conquista, o MST se organiza e monta uma concentração no município de Nova Olímpia.

Dessa vez, não houve ocupação, mas sim uma concentração de mais de 1000 famílias. [...] a concentração era para acontecer em uma área cedida pelo vice-prefeito de Tangará da Serra. Todavia, no dia que estava marcado para iniciar a ação, ele voltou atrás, pressionado pelos latifundiários e por políticos do Partido da Frente Liberal. As famílias tiveram que acampar nas margens da rodovia. Um acidente fatal causado por uma carreta desgovernada matou cinco trabalhadores. Era noite e motorista estava bêbado. (FERNANDES, 1999. p. 209)

No ano de 1996, o Jornal Diário de Cuiabá relata o acontecido no município de Nova Olímpia em Mato Grosso; a tragédia ocorrida no acampamento do MST, causado pelo caminhão que invade o acampamento matando cinco pessoas e feridos outras 17 é acompanhada pela sociedade e a mídia.

Com esta fatalidade, as famílias exigiram do governo uma área para permanecerem acampadas, enquanto sucedia o processo de negociação para o assentamento. As famílias conseguiram uma área de 20 hectares dentro da fazenda Itamarati [...] em Tangará da Serra havia um latifúndio que o MST indicou ao Incra, uma área de 37 mil hectares, que foi vistoriada e resultou improdutiva. Depois dos processos de negociação, a área foi desapropriada e as famílias foram transferidas e fundam um dos assentamentos mais extensos do Brasil: o Antônio Conselheiro. (FERNANDES, 1999. p. 2)

O MST no estado de Mato Grosso com dois anos de existência, havia conquistado, “17 assentamentos, onde passaram a viver mais de duas mil famílias em oitenta mil hectares. Contava com três secretarias, uma na capital, uma em Cáceres e outra em Rondonópolis.” (FERNANDES, 1999. p. 209)

E a luta contínua, pois o MST continuou pressionando o INCRA para a liberação de outras áreas em Mato Grosso. O resultado deste processo são 37 assentamentos originados a partir de sua luta, principalmente entre os anos de 1997 e 1998, período de sua maior movimentação em Mato Grosso. (BATISTA, 2014. p. 367)

A partir de estudos feitos por Batista (2014), segue o levantamento de números de assentamentos, acampamentos no estado de Mato Grosso.

Quadro 2: Assentamentos do estado de Mato Grosso até os anos de 2013

Região Sudoeste					
Fazenda	Nome Oficial	Área em HÁ	Nº Família	Município	Portaria Decreto
Laranjeira I	Antônio Conselheiro I	10944,1342	120	Cáceres	015/24.02.97
Laranjeira II	Antônio Conselheiro II	1210	33	Cáceres	022/03.03.97

Mirante	Margarida Alves	3902,5362	145	Mirassol D'Oeste	014/24.02.97
Paiol	Nova Conquista	16067,41	195	Cáceres	014/24.02.97
São Benedito	Che Guevara	1279,6248	48	Araputanga	030/05.05.98
Santana	Florestan Fernandes	4551,12	155	S. J. Quatro Marcos	085/04.09.00
Santa Rosa	Chico Mendes	1887,0272	73	S. J. Quatro Marcos	117/31.12.97
Prata	Roseli Nunes	10611,4	331	Mirassol d'Oeste	003/02.04.01
Cajá	Cecília Antunes	1253,9523	45	Salto do Céu	081/09.09.02
São Paulo	Sílvio Rodrigues		184	Mirassol D'oeste	
Total da Região		52917,2047	1439		

Região Sul

FAZENDA	NOME OFICIAL	ÁREA EM HÁ	Nº FAM.	MUNICÍPIO	PORT. DEC.
Santa Maria	Geraldo P. de Andrade	3926,46	136	Juscimeira	089/ 6.11.96
Primavera	Oziel Pereira	1154,7	45	Rondonópolis	033/ 04.04.97
Vale do Bacuri	Chico Mendes	605	30	Rondonópolis	096/02.12.96
Bagagem / barra	Márcio Pereira	2285,6	90	S. José do Povo	047/30.05.97
São Francisco	Rose Beltran	1332,1963	50	Rondonópolis	004/10.01.97
Jupia	Pe. Josimo M. Tavares	3156,1703	120	S. José do Povo	052/06.07.98
São Domingos	Canudos	994,4946	45	Pedra Preta	016/10,02,00
Pontal da Areia	Carlos Mariguela	5582,6	166	Poxoréu	138/10,12,99
Bagagem II	Água da Serra	440	17	S. José do Povo	105/07.12.98
Tietê	Dom Oscar Romero	726	27	Poxoréu	131/16,11,99
Ageira	Salete	1049	30	Guiratinga	027/04.06.01

Strozake					
Canta Galo	Olga Benário	3075,0765	99	Rondonópolis	016/24.02.99
Coqueiro	D. Osório Stoffel	1178,9936	40	Rondonópolis	030/05.05.98
Paraíso	Zumbi dos Palmares	1246,8141	47	D. Aquino	100/02.12.96
Perdigão	28 de Outubro	2262,1141	70	Campo Verde	111/30.12.96
Terra Forte	14 de Agosto	2099,8	71	Campo Verde	003/09.10.97
Perdigão II	Paulo Freire	889,9229	29	Campo Verde	139/10.12.99
São Bento	4 de Outubro	959,0767	42	Campo Verde	025/04.06.01
Barra Bonita	Mártires dos Carajás	3225,336	120	Poxoréu	060/17/11/05
Total da Região		36189,3551	1274		

Região Médio Norte

FAZENDA	NOME OFICIAL	ÁREA EM HÁ	Nº FAM.	MUNICÍPIO	PORT. DEC.
Tapirapuã	Antônio Conselheiro	37258,8171	999	Tangará da Serra	109/12.12.97
Prom.São João	Pe. José Ten Caten	1344	58	Santo Afonso	
Maroca/Maior	Oziel Perreira	1524	60	Nova Olímpia	
Palmital					
Total da Região		40126,8171	1117		

Região Baixada Cuiabana

FAZENDA	NOME OFICIAL	ÁREA EM HÁ	Nº FAM.	MUNICÍPIO	PORT. DEC.
Umuarama	Dorcelina Folador	983,7969	33	Várzea Grande	032/13.07.01
Cocal	Maria Benvinda		80	Rosário Oeste	
Total da Região		983,7969	113		

Região Norte

FAZENDA	NOME	ÁREA EM	Nº FAM.	MUNICÍPIO	PORT. DEC.
---------	------	---------	---------	-----------	------------

	OFICIAL	HÁ			
Alvorada	Terra de Viver	1210	20	Cláudia	062/09/11/07
Alvorada I, Alvorada II, Chaparral, Minata, Juvimara e Tres nascente	Zumbi dos Palmares II	6554,74	150	Cláudia	
Zifa da Amazônia	Sonho de Anderson	2497,4687	80	União do Sul	06/07 de 16/03/07
Faz. Bergamim e Faz Tanabi	Renascer		30	União do Sul	
Rio Azul	Keno		500	União do Sul	
Iguaçu e Frei Crispin	Olga Benário		30	União do Sul	
Panorama	12 de Outubro		180	Cláudia	
Total da região		10262,2112	990		

Fonte: MST – MT. Coordenação regional do MST em Mato Grosso 04/12/2013. Organização: Sinthia Cristina Batista (2014, p. 368/369)

Os quadros acima, apresentam as conquistas do MST-MT mediante ao embate deste modelo capitalista, a luta pela terra continua sendo um dos pontos essenciais para se concretizar a Reforma Agrária pautada pelo MST.

O quadro apresenta as regiões em que o MST está organizado no estado de Mato Grosso e também os municípios, o nome do assentamento, como a fazenda se chamava antes de ser ocupada pelo Movimento Sem Terra e o número de família existente no assentamento. O quadro representa os assentamentos conquistados até o ano de 2013.

Segundo cartilha organizada pelo MST-MT

“os assentamentos conquistados pelo MST em Mato Grosso, surgiram da luta e da pressão social de milhares de famílias Sem Terra. A partir da conquista dos assentamentos, essas famílias vão se instalando nos assentamentos/comunidades camponesas e através do trabalho vão produzindo alimentos diversos. Assim, os assentamentos são a expressão da luta social e que, ao constituírem novas relações sociais vão também

construindo um novo território, com novas possibilidades de sociabilidade e estratégia produtivas diversificadas. (MST-MT, 2015)

O MST, como movimento político, organizado pelos camponeses, hoje com abrangência nacional, inicia-se como já referenciado nesse texto pela demanda da terra dos os camponeses que forma expulsos do campo, isso acontece, também já evidenciado nesse texto através da acentuação de um modelo hegemônico de reprodução do capital no campo, que tem início na investida de modernização, que acentua a concentração fundiária e consolida um modo de produzir no campo dependente do capital internacional, agroexportador e violador de direitos sociais e ambientais. O MST, nasce em um momento em que a reforma agrária já estava fora de pauta na condução da economia brasileira, pela burguesia latifundiária agroexportadora e dependente, desse modo o que consegue efetivar-se é uma pequena distribuição de terra.

Por isso a Reforma Agrária Popular síntese de projeto político do MST, desde seu VI Congresso Nacional em fevereiro de 2014, compreende que a pauta da reforma agrária, precisa enfrentar o agronegócio enquanto projeto hegemônico, assim como construir a nova matriz produtiva: na produção agroecológica, moradia, saúde, educação emancipadora, equidade de gênero, combate contra toda forma de violência. No decorrer destes 22 anos de MST no estado de Mato Grosso, muitas foram as conquistas através da organização e luta das famílias, que se posicionam na esfera da luta de classe no enfrentamento direto ao modelo do agronegócio.

CAPÍTULO III: CONFLITOS ENTRE O MST E O AGRONEGÓCIO

O dia em que vocês envenenarem o último rio, abaterem a última árvore, assassinares o último animal (...) quando não existirem nem flores, nem pássaros, se darão conta de que dinheiro não se come. (BERNA, 1994, p. 39 *Apud* PICOLI, 2006. p. 134)

O agronegócio é voltado exclusivamente para a produção de mercadorias constituindo o modo de produção da agricultura capitalista que, segundo Martins (2017), está com suas matrizes produtivas

Centrada na produção de *commodities* e, portanto, na produção em escala, que só se viabiliza pela monocultura, com relações sociais de assalariamento, determina uma matriz tecnológica demandadora de capital, poupadora de mão de obra e destruidora da biodiversidade. Está matriz tecnológica é centrada na mecanização pesada, no intenso uso de insumos químico-sintéticos e na aplicação de sementes transgênicas. (p. 190)

O discurso hegemônico do capital atualmente é de que o agronegócio é a solução ideal para a produção de alimentos e para matar a fome no mundo, não se preocupando com o tipo de solo, com a natureza, com as famílias tradicionais e os seus cultivos, com o camponês e nem com a soberania alimentar. Leite e Medeiros escreveram que “a expansão do agronegócio tem levado à reprodução de formas degradantes de trabalho, em especial nas áreas em que as matas estão sendo derrubadas” (2012. p.83)

A produção do agronegócio acontece de acordo com as demandas industriais, e o que vem acontecendo é que alguns produtos agrícolas destinados para a exportação vêm tendo um crescimento maior que as produções das culturas tradicionais.

Ao observarmos as áreas que são destinadas ao agronegócio percebemos efeitos devastadores da modernização no ambiente e ainda um aprofundamento das desigualdades sociais, sobretudo no campo.

Para o trabalhador sobra o desemprego ou o emprego com salários baixíssimos. Temos então um paradoxo, de um lado o agronegócio que gera toneladas e toneladas de grãos e do outro lado o pouco acesso do trabalhador a alimentos em quantidade necessária. Sem falar do elevado consumo de agrotóxico que é utilizado neste modelo de produção, que enriquece cada vez os grandes grupos e movimenta as transnacionais

que são produtoras desses insumos agrícolas, mas que por outro lado, envenena a água, o solo, os alimentos e as pessoas.

Este modelo de produção, destrói as nascentes e as matas ciliares e com o crescimento da demanda de grãos para exportação também tem o aumento da demanda por terra, que vem avançando cada vez mais sobre as áreas mais planas e melhores, expulsando os pequenos proprietários, camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e famílias tradicionais, em favor do agronegócio.

E causando a exploração da natureza e dos trabalhadores, causando a destruição das suas veredas, das nascentes, dos rios, das faunas pelas práticas intensivas da monocultura, que estabelecem a homogeneização das paisagens como também impactos negativos e excludentes.

A produção agrícola cada vez mais tem no Brasil sua dinâmica pesada e organizada para atender a economia de mercado e o território passa então a ser organizado por essa lógica. A expansão do monocultivo continuará gerando impactos ambientais, desigualdades, concentração de renda, exclusão.

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “cada vez menos o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais é o agronegócio” (LEITE e MEDEIROS, 2012. p. 85).

De acordo com Martins (2017), “as relações sociais de produção e as relações técnicas implícitas no agronegócio são incompatíveis com as relações estabelecidas na produção agroecológica do MST” (p. 190).

O inimigo mudou. Não se trata mais do latifúndio improdutivo, visto pela sociedade brasileira como algo retrógrado, violento e conservador. Agora o inimigo ganhou uma nova dimensão de forças, expresso em uma nova aliança de classes, envolvendo a empresa rural capitalista, as empresas transnacionais, blindando o latifúndio improdutivo para sua futura expansão, plenamente amparado pelas políticas públicas dos governos. Para uns, um novo pacto de economia de políticas no campo, para outros, um novo pacto de economia entre as elites, mas que no fundo reflete a mesma ideia: o agronegócio como a expressão desta nova aliança de classes no campo e esta nova força social, vista pela sociedade como moderna, eficiente e produtiva. (MARTINS, 2017. p. 181)

Neste contexto, “ao modelo do agronegócio passa a ser contraposto o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da

policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes” (LEITE e MEDEIROS, 2012. p. 85).

O modelo de produção que contrapõe o agronegócio neste contexto de produção é a agricultura familiar, “que corresponde a formas de organização de produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas” (NEVES, 2012. p. 33)

3.1. CONFLITOS ENTRE O MST E O AGRONEGÓCIO

São os conflitos pela terra que demarcam a história do Brasil, determinando as transições políticas do Brasil, sustentando ou derrubando governos, formando as classes sociais, selecionando os privilegiados e os marginalizados, estabelecendo os sistemas de dominação e resistência e deixando para a geração atual um punhado de memórias de vencedores e vencidos. (WELCH, 2012. p. 146)

Os camponeses que foram expulsos da terra em determinado momento da história, reivindicam a sua posse. O MST surge em fins da ditadura militar com o intuito de ser um movimento que possa contribuir na organização do camponês que busca retornar as suas raízes, ou seja, ao campo.

De forma a resistir e a reivindicar o movimento Sem Terra busca trazer no fim da década de 1980 e início da década de 1990 o lema: Ocupar, resistir e produzir. O lema apresenta a conjuntura em que o MST vinha passando e tinha como tática de luta a ocupação de terra, a resistência ao processo de criminalização e a produção de alimento.

As ocupações feitas tinham um propósito de denúncia, para mostrar para a sociedade que existem latifúndios e que existem pessoas que necessitam de um espaço para trabalhar. Diante da paralisia da reforma agrária, ocupação é a solução, como dizia um dos outros lemas, utilizado pelo MST.

A década de 1990 foi marcada por dois grandes massacres na história mais recente da luta pela terra, Corumbiara - RO e Eldorado dos Carajás – PA. Corumbiara está localizado no Sul de Rondônia, “no dia 15 de julho de 1995, 514 famílias, lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara, ocuparam a fazenda Santa Elina”. Em agosto policiais militares montam acampamento na fazenda, mesmo as

famílias pedindo trégua os policiais invadiram, “os policiais invadiram o acampamento com bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio, disparando para todos os lados. A ação resultou na morte de 2 policiais e 9 sem-terra.” Entre elas uma criança de 7 anos, muitas pessoas fugiram para o mato para se esconder das balas. (MORISSAWA, 2001. p.154)

A partir de denúncias feitas pelo MST o acontecido chegou ao conhecimento internacional, “a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) está processando o governo brasileiro pelo massacre de Corumbiara.” (MORISSAWA, 2001. p.154)

O outro grande conflito ocorrido na década de 1990 que mobilizou o MST nacional foi no Estado do Pará, município de Curionópolis, o acontecido ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás.

O Diário de Cuiabá do dia 19/04/1996, relata o fato ocorrido com os Sem Terra no Pará: “Ao tentar bloquear uma estrada na localidade de Eldorado dos Carajás, no município de Curionópolis, no sul do Pará, no final da tarde de anteontem, a Polícia Militar matou 19 trabalhadores sem-terra.” (Arquivo, 1996, livro 1, p. 196)

Segundo o Diário de Cuiabá (19/04/1996), “o presidente Fernando Henrique Cardoso reagiu com indignação à notícia do massacre dos sem-terra no Pará e disse ter a convicção que, desta vez, os culpados serão julgados pelos crimes.” (Arquivo CPT, 1996, livro 1, p. 197)

Um mês depois do Massacre no estado do Pará, o Diário de Cuiabá (18/05/1996), relata mobilizações feitas pelo MST – MT.

“Movimento dos Sem Terra interdita BR-163 para lembrar massacre de 19 sem-terra, MST cobra punição. O grito de guerra dos sem-terra na tarde de ontem durante as duas horas que a BR-163 esteve ocupada tinha uma conotação diferente e em coro eles pediam a cassação do governador do Pará, Almir Gabriel, que, segundo os líderes do movimento, foi o principal responsável pelo massacre dos trabalhadores.” (Arquivo CPT, 1996, livro 1, p. 245)

O massacre de Eldorado dos Carajás se fez presente em todas as lutas do MST no Estado de Mato Grosso nos anos pós massacre; o dia 17 de abril é um marco para o

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ficou conhecido como o dia de Jornada de Luta, todo ano os 19 mortos no massacre são lembrados, e nesta data pede-se justiça.

A luta que o MST trava diariamente contra o capital e suas formas de opressão estão interligadas. O Movimento dos Sem Terra é um Movimento Nacional e com objetivos comuns, com isso há uma solidariedade que permeia o conjunto do Movimento.

Os massacres acontecidos no Pará e em Rondônia são reflexos de uma violência contra o trabalhador, que reivindica o direito a terra. O estado de Mato Grosso assim como os demais Estados, apresenta um forte conflito no campo. Para melhor ilustrar o processo de violência ocorrida contra a pessoa e a propriedade no campo mato-grossense na década de 1990, seguem as tabelas:

Tabela 1: Violência contra a pessoa no Estado de Mato Grosso.

Ano	Nº de conflitos	Hectares conflitivos	Pessoas envolvidas	assassinatos	Tentativa de assassinatos	Ameaças de morte	Vítimas de tortura	Vítimas de sequestro	Agredidos fisicamente	presos	Vítimas de lesões corporais
1990	20	1670031	18840	8	15	23	5	3	4	2	1
1991	15	1329400	3435	0	3	3	2	0	1	5	0
1992	20	1336495	6738	1	4	1	1	0	1000	0	3
1993	26	1593461	1498	4	1	8	-	-	3	18	2
1994	29	-	18206	5	2	15	4	-	5	12	15
1995	39	-	27369	4	5	16	2	-	1	3	8
1996	42	-	41 792	4	2	3	1	-	16	1	20
1997	39	-	31772	2	1	2	-	-	5	-	6
1998	23	-	124797	4	-	9	1	-	40	83	22
1999	28	-	29425	1	4	4	-	-	4	2	-

Fonte: Dados do cadernos da CPT Nacional da década de 90. Organizado por Lucimeire Barreto Rocha

A tabela acima apresenta a violência contra as pessoas no campo mato-grossense, nota-se que no ano de 1990 à 1994 houve uma menor incidência de conflito aumentando a partir de 1995 em diante, e que neste período também há uma queda no número de tentativas de assassinatos, contudo, o número de presos, agredidos e que sofreram algum tipo de lesões aumentou consideravelmente. Pode-se observar um aumento no número de pessoas envolvidas neste período levantado.

Estes números nos apresentam um problema na distribuição da terra no estado, e que tem pessoas reivindicando o direito a terra. “O MST está indicando a necessidade dos/as camponeses/as, assentados/as resgatarem a função social da terra” (MARTINS, 2017. p.181).

Tabela 2: Violência contra a propriedade no Estado de Mato Grosso

Ano	Nº de conflitos	Hectares conflitivos	Pessoas envolvidas	Famílias vítimas	Famílias vítimas	Famílias vítimas	Famílias ameaçadas	Famílias com casas	Famílias com roças	Famílias vítimas
-----	-----------------	----------------------	--------------------	------------------	------------------	------------------	--------------------	--------------------	--------------------	------------------

				de expulsão	de despejo judicial	de tentativa de despejo	de expulsão	destruídas	destruídas	de roubo
1990	20	1.670.031	33.756	12	189	0	862	50	0	2
1991	15	1329400	3435	67	35	0	17	15	3	0
1992	16	1336495	5370	240	53	700	35	18	53	0
1993	23	1593461	3558	60	-	300	68	-	-	-
1994	22	227373	3099	0	2177	107	760	149	88	128
1995	33	661766	5233	362	300	2498	147	12	-	-
1996	34	553784	8120	-	25	1680	66	50	50	-
1997	33	285979	6024	-	316	3442	-	36	36	-
1998	22	256497	6278	1	-	-	-	-	-	-
1999	27	377716	5871	-	995	-	300	271	1	-

Fonte: Dados do cadernos da CPT Nacional da década de 90. Organizado por Lucimeire Barreto Rocha

A equação entre propriedade, liberdade, democracia e legitimidade sempre se mostrou, portanto, extremamente complexa, e não encontrou, até o presente momento, uma solução histórica satisfatória. Somente a manutenção da luta e da auto-organização popular e a ampliação permanente dos espaços democráticos e de inclusão social poderão ser capazes de encontrar soluções provisórias, sempre imperfeitas e precárias, para este dilema – o que aumenta a responsabilidade dos militantes, por um outro mundo, livre de toda forma de opressão, exploração e exclusão. (GARCIA, 2012. p. 465)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos por terra no Brasil ocorrem desde o “descobrimento” e persistem até os dias atuais, e estes conflitos demonstram que a desigualdade social continua extrema e neste momento atual vem se acentuando. Esta desigualdade social não reflete só a dificuldade de acesso a terra, mas também de educação, saúde e condições dignas de sobrevivência, apontando para a negação dos direitos da classe trabalhadora.

Ao analisarmos o agronegócio na perspectiva da questão agrária, percebemos que cada vez mais ele é o grande aglutinador de terras, e o MST, que nasceu com esse objetivo de organização das pessoas pela luta não só pela reforma agrária, mas de luta por direitos e resistência contra todo o sistema opressor, tem desenvolvido um papel de suma importância para o fortalecimento da classe trabalhadora sem terra.

Constatamos que o MST potencializou e contribuiu com o debate sobre reforma agrária, através da luta direta, e do enfrentamento político e teórico, e que durante os anos de 1990 a 2000, foram assentadas muitas famílias em vários assentamentos em diversos municípios do estado, passando a contrapor o agronegócio também na prática produtiva.

Com as estratégias de mobilização e de divulgação de suas ideias o MST vem se constituindo um Movimento efetivo e atual, representando milhares de vozes que lutam por uma vida digna.

A ênfase da pesquisa, com foco na análise sobre o agronegócio e seus interesses no Mato Grosso, neste processo de acumulação capitalista e a resistência do MST, que luta por Terra, saúde, educação, moradia, estrada, alimentação saudável, soberania alimentar, etc.

Na luta em defesa pelo direito à terra e ao trabalho que mesmo embalada sob a pressão dos conflitos, se busca a aplicação de leis, e se constrói uma série de reivindicações, tão plurais e diversas quanto o próprio Movimento.

Com isso, o MST também apontou o latifúndio como adversário, reconhecendo na sua existência o impedimento da realização da reforma agrária enquanto proposta maior do seu projeto de desenvolvimento para o país.

As ocupações de terra, enquanto estratégia de pressão junto ao governo, ganharam destaque ao questionar a supremacia do direito à propriedade frente aos demais direitos da população, instituídos pela Constituição. E foi justamente através das ocupações de terras, públicas ou privadas, que o MST deu continuidade à história dos

conflitos por terra no Brasil, cujas contribuições de outros movimentos sociais estão presentes desde as suas raízes, a começar pela identificação do seu principal adversário: o latifúndio.

Desta forma, identificamos a dificuldade que o MST teve em reconhecer seu novo adversário, assim como não deixou de apontar o latifúndio como principal opositor, já que pesa contra este uma marca histórica, e, portanto, mais reconhecida pela sociedade, diferente do que ocorre com o agronegócio.

Ao identificar no agronegócio traços de seu adversário mais clássico, o MST foi aos poucos descolando esta proximidade entre ambos ao perceber que o agronegócio estava vinculado a um complexo conjunto de fatores que dificulta a sua individualização ou personificação, diferente do modo como identificou o seu antecessor.

A principal preocupação que buscou-se trabalhar foi a questão da terra, a expropriação, a concentração, o extermínio de vidas humanas e do ambiente, os principais conflitos, junto a isso, apresentar o MST, como um movimento que denuncia o agronegócio e seus atos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo. **Terra**, In. CALDART, Roseli Salete. et al. (org.) **Dicionário da educação do campo**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, Rio de Janeiro/São Paulo. P. 740-743, 2012.
- BATISTA, Sinthia Cristina. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. 2014. 512 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Geografia, Porto Alegre, 2014.
- CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípios educativos**. 2001. Disponível em www.scielo.br Acesso em 19/10/2017.
- CARDOSO, Karina Vianna. **Reestruturação produtiva no espaço rural fluminense: uma análise das famílias pluriativas no município de Nova Friburgo na nova lógica do capital**, 2006. Disponível em: <w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t46.pdf> Acesso em 05/08/2017
- FARIA, Alexandre Magno de Melo. **Perspectiva para o desenvolvimento de Mato Grosso**, 2013. Disponível em <web.bndsgov.br> Acesso em 16-10-2017
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2º edição. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)**. São Paulo, 1999.
- FREITAS, Lucineia Miranda de. **Pulverização aérea com agrotóxicos: acidente ou crime?** 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Curso de pós-graduação em Saúde Publica, Rio de Janeiro, 2016.
- GARCIA, José Carlos. **Legitimidade da Luta Pela Terra**, In. CALDART, Roseli Salete. et al. (org.) **Dicionário da educação do campo**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, Rio de Janeiro/São Paulo. P. 458-465, 2012.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Método de pesquisa**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009. <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> , 22/05/2017 as 09:45.
- LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Agronegócio**, In. CALDART, Roseli Salete. et al. (org.) **Dicionário da educação do campo**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, Rio de Janeiro/São Paulo. P. 79-85, 2012.

- MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Agricultura Camponesa e Agroecologia na Construção do Modo de Produção Socialista**, In. CALDART, Roseli Salete; BÔAS, Rafael Litvin Villas, (Orgs). **Pedagogia Socialista: Legado da revolução de 1917 e desafios atuais**. 1ª edição. São Paulo: expressão popular. P. 171-193, 2017.
- MATOS, Alan Kardec Veloso de. **Revolução verde, Biotecnologia e Tecnologias alternativas**, 2010. Disponível em: <fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/134/120> Acesso em: 05/08/2017
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Latifúndio**, In. CALDART, Roseli Salete. et al. (org.) **Dicionário da educação do campo**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, Rio de Janeiro/São Paulo. P. 445-450, 2012.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST/MT: 20 Anos de história, lutas e dignidade!** 2015.
- MST **Normas Gerais e princípios organizativos do MST**. Documentos internos, estado edição 2016
- MST. **História do MST: A gente cultiva ela e ela cultiva a gente**. 2016
- MST. **Programa agrário do MST** – Texto em construção para o VI Congresso Nacional. 2ª edição. 2013.
- NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar**, In. CALDART, Roseli Salete. et al. (org.) **Dicionário da educação do campo**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, Rio de Janeiro/São Paulo. P. 32-40, 2012.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. STEDILE, João Pedro. **O Agronegócio x Agricultura Familiar e a reforma Agrária**. Cartilha da Concrab – Brasília: Agosto de 2004.
- PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Revolução verde**, In. CALDART, Roseli Salete. et al. (org.) **Dicionário da educação do campo**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, Rio de Janeiro/São Paulo. P. 685-689, 2012.
- PICOLI, Fiorelo. **Amazônia: a ilusão da terra prometida**. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.
- PICOLI, Fiorelo. **Amazônia: do mel ao sangue** – os extremos da expansão capitalista. 2º edição. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.
- PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SILVA, Genivânia Maria da. **As transformações no campo brasileiro: modernização da agricultura e desenvolvimento territorial rural**, 2015. Disponível em:

<www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_1_2015.pdf> Acesso em 05/08/2017

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **Repensando a agricultura:** o enfoque da sustentabilidade como padrão alternativo à agricultura moderna, 2004. Disponível em: <www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/30/30> Acesso em 05/08/2017

STEDILE, João Pedro. **Latifúndio: o pecado agrário brasileiro.** É uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. São Paulo: 2000.

STEDILE, João Pedro (org); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil:** O debate tradicional – 1500-1960. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Conflito no Campo**, *In.* CALDART, Roseli Salete. et al. (org.) **Dicionário da educação do campo**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, Rio de Janeiro/São Paulo. P. 141-149, 2012.